



AS FESTAS DO PODER: AS RELAÇÕES DOS MONARCAS DE AVIS COM O IMPÉRIO

Lenora Pinto Mendes¹

Resumo: As relações do reino Português com o Império começaram a ser articuladas a partir da Dinastia de Avis que chegou ao poder com a “eleição” de D. João I, filho bastardo do Rei Pedro I. Em busca de legitimar seu reinado perante outros reinos europeus D. João I traçou uma estratégia de casamentos régios que ligavam sua família às mais poderosas famílias da Europa e ao Império. O sonho imperial foi especialmente mais forte, no entanto, em D. Manuel I (1496-1521) que articulou uma série de casamentos régios em busca de um herdeiro português para o império mundial que nesse momento já incluía as terras recém descobertas da América, África e Ásia. Com a morte do último herdeiro da Dinastia, D. Sebastião, as coroas de Portugal e Espanha se uniram afinal, não sob um rei português mas sob o rei castelhano, Felipe II. O sonho então se transformou em esperança. A esperança de que um dia, com o retorno do rei Sebastião, Portugal possa recuperar seu poder perante o mundo.

Palavras-chave: Portugal; Avis; Império

Abstract: The Portuguese kingdom's relations with the Empire began to be articulated from the Avis dynasty that came to power with the "election" of John I, bastard son of King Pedro I. Seeking to legitimize his reign before other European kingdoms, John I outlined a strategy of royal marriages that linked his family to the most powerful families in Europe and that includes the Empire. The imperial dream was particularly strong, however, in the time of Manuel I (1496-1521) who articulated a series of royal weddings searching for a Portuguese heir to the world Empire that at his time already included the newly discovered lands of America, and also the Africa and Asia continents. By the death of the last heir of the dynasty, King Sebastian, unfortunately, the crowns of Portugal and Spain joined, not under a Portuguese king but under the

¹ Doutora em História. Membro do Scriptorium-UFF.

Spanish king, Philip II. The imperial dream turned then into hope. The hope that one day, King Sebastian would return and Portugal could recover its power in the world.

Keywords: Portugal; Avis; Empire

D. João I (1385-1433), primeiro monarca da Dinastia de Avis, chegou ao poder em meio a uma crise social que tomou conta do reino português com a morte do rei D. Fernando (1367-1383). Em 1383, a rainha Leonor Teles de Portugal, em função da saúde debilitada do rei, fez um acordo com Juan I de Castela, segundo o qual ele se casaria com Beatriz, única filha de D. Fernando e herdeira de Portugal. O casamento aconteceu em maio de 1383 e o rei morreu em setembro do mesmo ano. O rei castelhano logo desobedece aos termos da regência incluídos no acordo para o tempo de menoridade de Beatriz e demonstra a intenção de governar Portugal. Essa atitude provoca uma revolta popular em todo o reino, principalmente na cidade de Lisboa. Esse movimento popular com o intuito de impedir a união dos reinos, coloca em evidência D. João - o mestre de Avis que era irmão bastardo do falecido rei D. Fernando. Seu exército, mesmo em desvantagem, venceu o rei castelhano na batalha de Aljubarrota. A vitória inesperada acabou sendo considerada um sinal divino e D. João foi nomeado, a princípio, regedor e defensor do reino, e depois foi coroado rei de Portugal como D. João I (MATTOSO, 1997, vol,2, p.414-15).

Em busca de fortalecer seu poder e garantir a independência do reino português, sempre ameaçado por Castela, D. João I buscou o apoio da Inglaterra oferecendo homens e armas a John de Gaunt, príncipe inglês, filho de Eduardo III que ambicionava a coroa castelhana por seu casamento com Constance, filha mais velha de Pedro I de Castela, assassinado por Henrique de Transtâmara, seu irmão bastardo. Como parte desse acordo, D. João se casa com Filipa de Lancaster, filha mais velha de John de Gaunt (GOODMAN, 1992, p.123). A união de D. João I com Filipa de Lancaster estabilizou e pacificou o reino português e gerou um número grande de filhos. Com cuidado, ao longo do tempo, eles foram tecendo uma rede de vínculos de parentesco através de matrimônios, buscando alianças com as principais e mais poderosas dinastias europeias. D. Duarte, herdeiro do trono português casou-se com D. Leonor, irmã do rei de Aragão, Afonso I. A única filha, Isabel, casou-se em 1460 como o Felipe o bom, duque de Borgonha (o Ducado de Borgonha constituía na época, um importante centro

de poder), e foi mãe de Carlos o temerário. A conexão da Dinastia de Avis com o Império começou com o casamento de uma das filhas de D. Duarte, D. Leonor, que casou-se, em 1451 com Frederico III, imperador eleito do Sacro Império Romano Germânico.

As festas, organizadas na ocasião das celebrações dos casamentos régios, tinham a dupla função de legitimar as uniões e a dinastia, sendo parte importante de uma ação política de comunicação da realeza (BUESCU, 2010, p.37). A busca de legitimação atrelada à imagem de rei com apoio popular foi perseguida pelos monarcas de Avis gerando uma crescente sofisticação das festas organizadas por ocasião de acontecimentos importantes, tais como os casamentos e nascimentos régios (FRÓES, 1993, p.188-189). Com o passar do tempo, as solenidades vão ganhando uma importância política cada vez maior. A exibição do ritual do poder régio adquire a força de uma arma política e os reis começam a se preocupar pessoalmente com elas.

Ainda no tempo de D. João I, os cronistas descrevem diversas entradas régias organizadas pelas cidades. Em maio de 1385, no Porto, a câmara decretou feriado e distribuiu entre os vereadores a responsabilidade da festa, que incluía limpeza e decoração das ruas e das fachadas cobertas de flores, ramos e tecidos que pendiam das janelas (LOPES, 1990, 2ª parte, p.19). Fernão Lopes, na Crônica de D. João I, descreve como os moradores da cidade de Coimbra se organizaram, para receber o Mestre de Avis, ainda antes de ser alçado rei de Portugal:

Os da çidade fizeramse prestes pera hir rreçeber o Meestre, a cleerezia em proçissom, e os leigos com seus jogos e trebelhos, e desi os fidallgos e Conçelhos, que hi eram, todos juntamente de bestas como melhor podiam. E em sse corregemdo huuns e os outros começaram muitos cachopos de sair for a da çidade sem lho mandando neguem, pello caminho per hu viinham o Meestre, com cavallinhos de canas que cada huu fazia, e nas mãos canaveas com pemdões, correndo todos e braadamdo: Portugall! Portugall! Por elRei dom Joham! Em boa hora venha o nosso Rei! E assi foram per mui grande espaço açerca dhuua legoa (LOPES, 1990, 1ª parte, p. 389.)

No reinado de Afonso V (1438-1481), neto de D. João I, as entradas régias começam a refletir as ambições centralizadoras do monarca através da progressiva solenização da imagem do rei. Os cortejos se tornam mais complexos e com menos

espontaneidade, mas ainda se percebe uma grande participação popular. Foi nesse reinado que D. Leonor, irmã do rei, se casou com o Imperador.

A festa do casamento foi descrita em um diário de viagem deixado pelo embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein, capelão imperial ao tempo de Frederico III, enviado pelo imperador junto com outros embaixadores, para celebrar o casamento, por procuração com D. Leonor. O casamento foi celebrado na presença do rei português, príncipe e princesas, condes barões e ilustres de ambos os sexos, segundo o ritual da época, com ósculo na face e entrega do anel (NASCIMENTO, 1990, p.31). Na cidade de Lisboa foi mandado proceder louvores em todas as igrejas e mosteiros e feitas procissões e oferendas. No dia 13 de outubro começaram as festividades com o envolvimento da nobreza e de toda a população da cidade de Lisboa (aproximadamente vinte mil pessoas), incluindo as comunidades de judeus, mouros e africanos que organizaram danças típicas de suas culturas, prestando homenagens à imperatriz. Houve também momos diversos, organizados pela nobreza, entre eles um representando treze profetas que com seus hábitos e livros profetizavam prosperidade aos noivos. Outros, representados pelo próprio rei e príncipes que simulavam batalhas e justas contra “reis” que se diziam vindos de terras distantes para executar atos militares (NASCIMENTO, 1990, p.35). As festividades continuaram até o dia vinte e cinco do mês de outubro, quando D. Leonor, depois de ouvir missa e encomendar-se a Deus, foi conduzida até o porto fora da cidade pelo rei, o infante, seus irmãos, irmãs e todo o povo. Depois de preparados e abastecidos os navios, no dia 12 do mês de novembro, foram recolhidas as âncoras e os navios deixaram o porto, seguindo viagem com bom vento (NASCIMENTO, p. 51-55).

Depois de muitos dias de viagem, passando por tempestades, ataques de piratas e algumas paradas na África, na França, na ilha de Córsega, chegaram, no dia 2 de fevereiro a Itália e ancoraram os navios no porto de Livorno. Dali o embaixador Nicolau Lanckman foi enviado a cavalo para encontrar o imperador que estava em Florença. No dia sete de fevereiro o imperador enviou de Florença uma embaixada solene para receber sua esposa na cidade de Pisa. No dia dezenove de fevereiro dirigiram-se todos, por cidades e castelos, ao longo de alguns dias, à cidade de Siena onde se encontrariam com o imperador que por seu lado vinha em companhia de príncipes, condes, barões e

cavaleiros do Sacro Império, senhores de Veneza, Florença e Bolonha para as portas da cidade onde as comitivas se encontraram e os noivos puderam finalmente se abraçar.

Permaneceram alguns dias em Siena de onde partiram em viagem para Roma. Ao chegarem perto de Roma acamparam em tendas seguindo o costume dos imperadores romanos e no dia 8 de março organizou-se o cortejo que, segundo o relato era formado por mais de cinco mil pessoas de ambos os sexos a cavalo, que deveria entrar em Roma com grande esplendor, sob o estandarte do Sacro Império Romano. Entraram pelas portas da cidade, junto ao Castelo de Sant'Ângelo e foram em cortejo até aos degraus da escadaria da igreja de São Pedro onde o Papa Nicolau os recebeu e deu a sua bênção ao casal. O casamento aconteceu no dia 16 de março (NASCIMENTO, 1990, p.75).

A política de promover os casamentos de princesas portuguesas com representantes das principais dinastias europeias acaba por inserir a realeza portuguesa no jogo político europeu, fortalecendo a independência do reino português, sempre ameaçado por Castela. O próximo rei, D. João II (1481-1495), filho de Afonso V, sobrinho de D. Leonor e primo de Maximiliano I (filho de Leonor e Frederico III), honra os vínculos de parentesco com o Imperador ajudando-o quando foi feito prisioneiro em Bruges. No reinado de D. João II, no entanto, a preocupação do rei é interna e se direciona mais no sentido de se impor como grande senhor do reino, acima de todos os nobres². Mesmo assim as encenações do poder continuam ganhando importância e as festividades vão se tornando cada vez mais luxuosas. D. João II conhecia bem a importância política das encenações do poder e ele próprio aparecia sempre como o personagem principal nas festas que promovia.

A paz com o reino de Castela, foi negociada por esse rei através da promessa de casamento entre seu filho, D. Afonso e a filha mais velha dos reis católicos, Isabel. Com isso, a festa mais importante do reinado de D. João II foi a do casamento desses príncipes. As festividades se iniciaram na Páscoa de 1490, em Sevilha, quando os príncipes foram casados por procuração pelo cardeal Dom Pero Gonçalves de Mendonça perante o rei e rainha de Castela, Fernando e Isabel.

Na qual noite, e outros dias seguintes ouve em Sevilha muyto grandes, e sumptuosas festas de momos, e justas reas, em que el Rey justou, e

² A resistência em se submeter à autoridade do rei levou à morte o duque de Viseu, cunhado do rei e o duque de Bragança, casado com uma cunhada do rei.

foy mantedor, e assi justarão muytos Grandes, e pessoas principaes, e ouve outras, e muytas grandes festas (RESENDE, 1973, p. 152).

Em Portugal as festividades começaram logo no dia seguinte com muyto grande e rico serem de muytas danças, e baylos, alegrias, e muytas festas e se estenderam por todo aquele ano. A entrada da princesa em Portugal estava prevista para acontecer a partir do mês de outubro ou novembro, momento em que as pestes que assolavam as cidades já tivessem passado. Os preparativos envolveram a construção de uma sala de madeira muito grande, pois os salões dos palácios não comportariam a quantidade de pessoas convidadas.

El Rey per suas cartas, e com palavras de grande confiança, amor, e prazer, notificou o dito casamento a todolos prelados, senhores, e fodalgos principaes de seus Reynos, e os convidou pera as festas delle,...E ainda pera mayor perfeiçam dellas mandou notificar a totalas gentes, e nações do mundo, que poderiam ás ditas festas trazer ou enviar suas joyas, brocados, tellas, sedas, e ricos panos...(RESENDE, 1973, p. 156-157)

Como a peste assolava a cidade de Lisboa, as festas, por precaução, foram transferidas para a cidade de Évora (que he a segunda do Reyno). A comitiva da princesa iniciou sua viagem para Portugal no dia 10 de novembro. Um grande cortejo sai da cidade para encontrar-se com o da princesa e, depois dos cumprimentos, formam um só cortejo que regressa à cidade. A princesa com sua comitiva se hospedou no mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, de onde saíram no dia seguinte. Do mosteiro até a cidade

avia muytos antremeses da gente do povo, e dos Iudeus, e Mouros, e o caminho muyto concertado, e limpo, ... E o estrondo de todas as trombetas, e atambores, menistres altos del Rey, da Princesa, e do Duque, e muytos senhores que os levavam, era cousa espantosa. (RESENDE, 1973, p. 170)

Passando por grandes arcos triunfais, chegam à Sé, onde foram recebidos com uma solene procissão. Naquela noite, no paço, antes e depois da ceia, “*ouve grandes festas, e danças, em que totalas pessoas reaes dançaram*” (RESENDE, 1973, p. 170).

O relato desta festividade, contido na Crônica de D. João II escrita por Garcia de Resende, mostra a importância das festas como demonstração de poder e arma política de um rei, não apenas perante o seu povo, mas também perante toda a Europa.

Sete meses depois de seu casamento, ainda vivendo no clima das festas organizadas por seu pai, o príncipe D. Afonso morre vítima de um acidente a cavalo. D. João II deixa em testamento por herdeiro do reino de Portugal seu cunhado D. Manuel, duque de Beja, irmão mais novo da rainha D. Leonor, esposa de D. João II.

O reinado de D. Manuel, assim como o de seu antecessor, foi pródigo em festividades. Filho de D. Fernando, irmão mais novo de Afonso V, assim como seu bisavô, D. João I, não era o herdeiro direto da coroa e soube fazer uso político das festividades para a legitimação de seu reinado. D. Manuel recebeu na infância, de D. João II, como divisa, a figura de uma esfera. A divisa da esfera, no momento da sucessão, foi interpretada como sinal profético que indicava D. Manuel como sucessor de D. João II nas conquistas na Ásia e África (MATTOSO, 1997, vol.3, p. 377).

D. Manuel (1496-1521) foi aclamado rei em 31 de março de 1496. Recebe de seu antecessor um reino unificado e consolidado pelo reconhecimento da superioridade da figura do rei. Neste período a corte portuguesa vai permanecer a maior parte do tempo nas cidades de Lisboa e Évora.

A teatralização do poder torna-se cada vez mais evidente. No ano de 1502, D. Manuel sanciona o “Regimento das Entradas em Lisboa” (ALVES, s.d., p. 30). Neste regimento estava estipulado quem deveria acompanhar o rei; como devia ser recebido; o trajeto da procissão e todas as providências que deveriam ser tomadas (ARAÚJO, 1990, p. 26). Nesse momento a entrada régia deixou de ser a dramatização de um contrato vassálico entre o rei e as cidades e passa a ser um desfile da grandiosidade régia. Neste cenário surge a figura de Gil Vicente, teatrólogo que vai passar a ser o principal responsável pelas festividades da corte. O paço real transforma-se no palco vicentino e também em espaço de discussão, crítica social e contestação (ALVES, p.29).

A partir do reinado de D. Manuel vemos que a política de casamentos régios se dirige para Castela. D. Manuel casa-se primeiro com Isabel, a filha mais velha dos reis católicos Fernando e Isabel, viúva de seu primo D. Afonso. Isabel logo morre do parto de seu primeiro filho D. Miguel, que morre também logo depois. D. Manuel se casa então com D. Maria, outra filha dos reis católicos. Dessa união nascem 10 filhos. D.

Maria morre em 1517 e a partir daí D. Manuel começa a direcionar as políticas de casamentos para o Império.

D. Leonor de Áustria, irmã mais velha de Carlos V, já estava prometida em casamento para o Príncipe D. João, filho mais velho de D. Manuel e D. Maria. Em uma reviravolta que não agradou em nada ao príncipe, D. Manuel toma para si a futura nora e se casa com D. Leonor em 1518. Em janeiro de 1521, celebraram-se em Lisboa as festas da entrada de D. Manuel com sua terceira esposa, D. Leonor de Áustria. Esta festa vinha sendo adiada desde 1518 devido às pestes (MACHADO, 2003, p. 480). Em novembro de 1520, o rei informa por carta que o responsável pelas cerimônias seria Gil Vicente. Esta seria a primeira entrada régia realizada desde 1500, a primeira entrada fluvial que ocorreu em Lisboa e distingue-se pela importância que o mar adquire nas festividades. A descrição da crônica de Gaspar Correia traz a imagem de um rio repleto de barcos toldados e embandeirados.

A cydade e naos que estavam no ryo tudo ardy a em fogos que hera hua muj fremosa cousa de ver e da cydade cada dia vynham caravelas bates e barqos pera a pasagem delrrey com mujtos jogos e envemçoes e grandes gastos de toldos de brocados e sedas e riqas bamdeiras em a quall ElRey com a Rainha e filhos e filhas se embarcaram em hua grande fusta laurada de bordos com grandes estrados pera as pessoas reaes e damas (CORREIA, 1992, p. 126).

D. Manuel morre, vítima da peste em novembro de 1521 mas antes de morrer deixa programado mais dois casamentos imperiais: o do príncipe D. João com Catarina, irmã mais nova de Carlos V e o de Isabel, sua filha mais velha, com o próprio imperador.

D. João III (1521-1557) foi aclamado rei em 19 de dezembro de 1521. Em 1525 casa-se com D. Catarina de Áustria que se torna uma figura de grande importância política neste reinado, que vai começar em meio a uma enorme pujança cultural, herdada por D. Manuel, ao qual se acrescenta o humanismo que florescia em toda a Europa. Nesse mesmo ano o Imperador Carlos V casa-se com Isabel. Todos esses casamentos acabam por unir cada vez mais os dois reinos de Portugal e Castela gerando herdeiros comuns. D. Manuel ampliou o Império Português com as conquistas marítimas na África, Índia, China e Japão e América. Carlos V era o herdeiro do “velho” mundo, mas tanto Portugal como Castela possuíam imensos territórios além mar e possivelmente ambos sonhavam em ser o grande senhor do mundo, agora

ampliado, com as descobertas marítimas. Um herdeiro comum foi desejado pelas duas potências marítimas e foi perseguido pelos dois lados.

As festas deste período revelam uma enorme diversidade artística, e uma sofisticação cada vez maior das etiquetas, sofrendo influências tanto da Itália e da Europa do Norte, como do oriente. Para o duplo casamento régio de D. João III com D. Catarina e Carlos V com Isabel, Gil Vicente escreveu três autos que foram representados para corte por ocasião das festividades. O primeiro foi o “Frágua de amor, representado perante o rei e a corte por ocasião da festa de casamento de D. João III e Catarina de Áustria realizado na ausência da rainha, na cidade de Évora no ano de 1525. No auto D. Catarina é representada alegoricamente por um castelo (Castela) “por los Césares fundado” e murado pelas cercas da “fé, caridade, esperança e virtudes”. Esse castelo será tomado pelo rei de Portugal, “Alejandre segundo”, seu capitão foi o Cupido, o Deus do Amor, que cercou a fortaleza, entrou no coração Castelo e lá colocou as armas de Portugal. O coração, “alcaide” do castelo entregou ao Deus do Amor as suas chaves para serem entregues ao rei de Portugal. No desenrolar do auto, o castelo se abre e uma frágua é colocada em cena. O Deus cupido é o capitão dela – é a frágua de amor. Quem entrar na frágua de amor pode se transformar no que quiser. O cupido anuncia que devido a vinda da nova rainha para Portugal seria bom refazer todo o povo português.

Paréceme que es razon,
Pues reina tan excelente
Viene á reinar nuevamente,
Que hagamos refundición
En la portuguesa gente.
Hagamos mundo nuevo aqui,
Pues nuevos reis son venidos,
Por el gran Dios escogidos;
(VICENTE, 1943, vol. IV, p. 112)

Já que tudo seria novo – novo rei e nova rainha, seria bom também um novo povo. Vem um negro que quer ficar branco, um frade que quer voltar a ser leigo e no final vem a justiça na figura de uma velha toda torta e curvada que pede para ser consertada também.

A justiça sou chamada,

Ando muito corcovada,
A vara tenho torcida,
E a balança quebrada.

E pois de novo nos vem
Rainha de tanto honor,
Irmaã do Emperador
Renovae-me muito bem,
Que cada vez vou peor.
(VICENTE, 1943, vol. IV, p. 117)

Foi difícil consertar a justiça mas depois de tiradas várias “escoreas” – galinhas, perdizes, sacos de dinheiro... a Justiça sai formosa e direita.

Em novembro deste mesmo ano de 1525, a princesa Isabel se casa com o Imperador Carlos V, também em sua ausência. O imperador se fez representar pelo embaixador Carlos Popeto que em seu nome recebeu a infanta Isabel por mulher. Ao final da cerimônia organizou-se um grande serão em uma sala toda enfeitada de riquíssima tapeçaria de ouro e seda (ANDRADA, 1976, p.262-263). Esse serão durou até as duas horas da manhã. A princesa porém, só partiu para encontrar seu marido no dia 20 de janeiro de 1526. Para a partida da Imperatriz, Gil Vicente escreveu o auto “Templo de Apolo”.

Apolo, deus pagão, filho de Zeus e Leto, teve grande importância desde a Antiguidade principalmente por ser um deus solar. Através das iconografias atribuídas aos deuses clássicos, o mundo pertence a Apolo. Na iconografia cristã, Apolo acaba associado à imagem do Cristo redivivo. Separado mas não desconectado da Terra, Apolo representa o desejo pela totalidade e poder e o sonho de transcendência. No Renascimento os príncipes europeus disputavam a utilização da imagem de Apolo, circunavegando o mundo, em suas representações imagéticas (COSGROVE, 2003, p.1). Em Portugal a imagem do deus também foi utilizada por Gil Vicente como veremos adiante.

Na tragicomédia Templo de Apolo, Gil Vicente transforma o paço régio no templo onde o deus Apolo se coloca em um altar e nomeia um porteiro – Gilete, que deve impedir qualquer visitante de entrar no templo, a menos que sejam da parte o Imperador ou da Imperatriz.

Y mando que no entre aqui
Neste templo esclarecido,

Aunque devoto de mi
Y mi santo conocido
Que por santo conocí.
Sino si de casa fuere
Del muy poderoso Senõr
Glorioso Emperador
De los suyos qual quisiere
Entre sin ningun temor.
Tambièn si fuere persona
De la sacra Diesa humana,
Emperatriz soberana,
Y vive con su corona,
Entre de muy buena gana.
(VICENTE, 1943, vol. IV, p. 167)

O primeiro visitante que chega é o “Mundo”, caracterizado como romeiro acompanhado da “Flor da Gentileza”, também como romeira. O “Mundo” se identifica:

Mundo: Yo soy el mundo señor
Port: Cuyo?
Mundo: Del Emperador; y no se pode negar, pues que tiene lo mejor.

O Imperador Carlos V, filho de Joana, a louca e Felipe o Belo, pela via materna herdou a coroa castelhana em 1516 por ocasião da morte de Fernando, o católico. Se converte assim em Carlos I de Espanha. Pela herança paterna herdou o Império Romano Germânico pois seu avô paterno era Maximiliano I, morto em 1519. Em 1520, foi coroado imperador por herança e eleição em uma cerimônia em que recebeu a capa e espada de Carlos Magno, se tornando chefe de toda a cristandade. Com apenas 20 anos Carlos V já havia herdado metade do mundo pois além das terras da Europa estavam também sob seu poder as terras americanas recém descobertas.

A romeira “Flor de Gentileza” se identifica também:

Rom: Yo soy Flor de Gentileza
Port: Cuya sois?
Rom: Soy criada de la Emperatriz sagrada y vivo con su Alteza.

Outros visitantes chegam para visitar o Templo de Apolo:

Poderoso Vencimento – romeiro do Imperador
Virtuosa Fama – romeira da Imperatriz
Cetro onipotente – romeiro do Imperador

Prudente Gravidade – romeira da Imperatriz

E ainda...

Tempo Glorioso – romeiro do Imperador
Honestas Sabedorias – romeiras da Imperatriz

Todas essas figuras alegóricas representam o poder do imperador e as virtudes da nova imperatriz. A tragicomédia termina com todos os personagens cantando e dançando uma folia cuja letra compara a infanta Isabel a uma águia que alça seu vôo ao céu/império.

Voló el águia real
Al trono imperial,
Porque le era natural
Solo de um vuelo,
Subirse al más alto cielo.
(VICENTE, 1943, vol.IV, p. 190)

Em 1536, em meio à crise da Igreja Católica, duramente criticada pelos humanistas e o surgimento do protestantismo na Alemanha, o rei D. João III articula a entrada da Inquisição em Portugal. Até este momento, Gil Vicente podia exprimir livremente suas críticas aos eclesiásticos corruptos, botar em cena feiticeiras, fadas, diabos mais sábios que os clérigos e até mesmo um templo dedicado ao deus pagão Apolo. Com a chegada da Inquisição toda essa cultura laica vai ser perseguida e censurada.

As festas luxuosas refletem a pujança e riqueza da corte portuguesa da Dinastia de Avis e sua ambição imperial no jogo político europeu. Com a morte do último herdeiro da Dinastia, D. Sebastião (1557-1578), parecia que o sonho do império tinha acabado. Os muitos casamentos régios entre portugueses e castelhanos, culminaram na inevitável união ibérica em 1578, após a morte de D. Sebastião. A coroa do sonhado Império mundial acabou na cabeça, não de um rei português, mas de um rei Castelhana – Felipe II, filho de Isabel com Carlos V. D. Sebastião é o último herdeiro da ambição imperial portuguesa que com a sua morte precoce, não se concretizou, mas o sonho imperial se manteve vivo, no coração dos portugueses.

Bibliografia

- ALVES, Ana Maria. **Entradas Régias Portuguesas: Uma visão de conjunto**. Lisboa: Livros Horizonte, s.d.
- ANDRADA, Francisco de. **Crônica de D. João III**. Porto: Lello & Irmão, 1976.
- ARAÚJO, Renata de. **Lisboa – a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- BUESCU, Ana Isabel. **Festas régias e comunicação política no Portugal moderno (1521-1572)**. Revista comunicação & cultura, n. 10, 2010.
- CORREIA, Gaspar. **Crônicas de D. Manuel e D. João III (até 1533)**. Lisboa: Academia das Ciências, 1992.
- COSGROVE, Denis. **Apollo's eye: a cartographic genealogy of the Earth in the western imagination**. Baltimore, Maryland: The John Hopkins University Press, 2003.
- FRÓES, Vânia Leite. **Missionação portuguesa e encontro de culturas**. In: **Actas do Congresso Internacional de História**. Braga: 1993.
- GOODMAN, Anthony. **John of Gaunt, the exercise of princely power in fourteenth-century Europe**. Harlow: Longman Group UK Limited, 1992.
- LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I**. Barcelos: Editora Livraria Civilização, 1990, 2 volumes.
- RESENDE, Garcia de. **Crônica de D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- MACHADO, João Nuno Sales. **1521: per ordenança de Gil Vicente**. In: **Actas do Congresso Internacional « Gil Vicente 500 anos depois »**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.
- MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Lisboa : Editorial Estampa, 1997, volumes 2 e 3.
- VICENTE, Gil. **Obras Completas**. Prefácio e notas de Marques Braga. Lisboa : Livraria Sá da Costa-editora, 1943, 6 volumes.